

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO	9
ABREVIATURAS E SIGLAS	13
INTRODUÇÃO	19
1. TERCEIRO SETOR E O PROGRAMA NEOLIBERAL	25
1.1 Introito.....	25
1.2 Do Estado Liberal ao Estado Regulador – uma trajetória da liberdade.....	27
1.2.1 O Estado Liberal	30
1.2.2 O Estado Socialista	36
1.2.3 O Estado Social.....	38
1.2.4 O Estado Neoliberal.....	52
1.2.4.1 Neoliberalismo e Burocracia.....	58
1.2.4.2 O Estado Regulador	62
1.3 A Reforma Administrativa e o Direito Brasileiro.....	67
1.3.1 A Reforma Administrativa de Bresser Pereira.....	68
1.3.2 Princípios no programa constitucional nacional	73
1.3.3 Eficiência no Direito Constitucional Brasileiro.....	86
1.4 O Terceiro Setor e o Plano Nacional de Publicização	94
1.4.1 O termo e a política neoliberal.....	95
1.4.2 Serviços públicos e atividades econômicas – uma divisão constitucional.....	100
1.4.3 O Plano Nacional de Publicização	109
2. A FUNÇÃO ADMINISTRATIVA DE FOMENTO	115
2.1 Introito.....	115
2.2 As Funções Estatais	115
2.2.1 Funções legislativa e judicial	127
2.2.2 Função Administrativa.....	132

2.3	Regulação administrativa e a atividade de fomento	135
2.3.1	O significado técnico de regulação administrativa	138
2.3.2	O Fomento	145
2.3.3	Princípio da subsidiariedade na atividade de fomento.....	162
3.	ATOS ADMINISTRATIVOS BILATERAIS E PROCESSO LICITATÓRIO	165
3.1	Os atos administrativos bilaterais	165
3.1.1	As três posições sobre os contratos administrativos	166
3.1.2	Contratos administrativos sob a luz da teoria dos atos administrativos.....	171
3.1.3	Contratos administrativos e convênios público-privados	176
3.2	A licitação e a celebração de convênios	188
3.2.1	Processo administrativo de licitação diante do conceito de procedimento.....	190
3.2.2	Licitação como processo público de contratação.....	194
3.2.3	Tipicidade do processo licitatório	199
3.2.4	Dispensa e inexigibilidade de licitação.....	203
4.	ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – O PROBLEMA ENTRE PARCERIAS E LICITAÇÕES	209
4.1	Organizações sociais em uma lei para desestatizar.....	209
4.1.1	As entidades privadas e a qualificação como organizações sociais	212
4.1.2	Os contratos de gestão e a questão do processo de seleção	217
4.1.2.1	Contratos de gestão na Lei das Organizações Sociais	217
4.1.2.2	Contratação de serviços e a dispensa de licitação do art. 24, XXIV, da Lei n. 8.666/93	226
4.2	As organizações da sociedade civil de interesse público	232
4.2.1	O termo de parceria.....	235
4.2.2	Obrigatoriedade de processo licitatório prévio ao termo de parceria.....	237
4.2.3	Processo licitatório no Decreto das OSCIPs.....	239

5. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – A LEI N. 13.019/2014 E O CHAMAMENTO PÚBLICO	247
5.1 Introito.....	247
5.2 Os instrumentos de parceria na Lei n. 13.019/2014.....	251
5.2.1 Processo de seleção para a celebração de parcerias.....	255
5.2.2 Dispensa e inexigibilidade na Lei de Parcerias Voluntárias.....	262
5.2.3 Procedimento de Manifestação de Interesse Social – PMIS.....	266
5.3 Inconstitucionalidade formal do Decreto n. 8.726/2016.....	270
6. APLICABILIDADE DA LEI N. 8.666/93 PARA A CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS COM O TERCEIRO SETOR.....	273
6.1 Necessidade de se atentar à Lei de Licitações	273
6.2 Aplicabilidade da Lei 8.666/93 diante da Lei 13.019/2014.....	275
6.3 Processo licitatório para celebração de contratos de gestão e termos de parceria.....	277
6.3.1 O chamamento público da Lei n. 13.019/2014 para celebração de contratos de gestão e termos de parceria.....	279
6.3.2 A invalidade do Decreto das OSs no tocante ao processo licitatório	289
CONCLUSÕES	293
REFERÊNCIAS.....	303